Boletim da AdUFRJ

Ano I - Nº 21

30 de março de 2016

Debate sobre o novo Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação

pela ancionado Dilma presidenta Rousseff em 11 de janeiro deste ano, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 77/2015 deu origem ao novo Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação. Para ajudar a entender os efeitos desta recente legislação no cotidiano das universidades e de seus pesquisadores, a Adufri organiza um debate sobre o tema no próximo dia 6 de abril, no Salão Azul do Instituto de Biologia (CCS), às 11h.

Transformado na lei 13.243/2016, o Marco Legal de CT&I sofreu oito vetos presidenciais, que ainda serão apreciados em sessão conjunta do Congresso Nacional — ou seja, podem ser derrubados. A perda de receitas, contrariando esforços necessários ao equilíbrio fiscal, foi a alegação do governo federal para cortar os dispositivos.

Na avaliação de parte da comunidade científica, os vetos impedem a eliminação de entraves para a realização das pesquisas. Por sua vez, o Andes-SN critica a legislação, que considera um avanço no processo de privatização do ensino superior público.

Uma das mudanças já em vigor da lei 13.243/2016, por exemplo, é a ampliação do tempo que um docente



universitário em regime de dedicação exclusiva poderá dedicar a projetos junto ao setor privado: de 120 horas/ ano para 416 horas/ano.

O evento será aberto com uma apresentação sobre a lei. A exposição será feita pelo professor Ericksson Almendra, que é diretor de Planejamento, Administração e Desenvolvimento Institucional da Coppe. Em seguida, haverá um debate, com os professores: Vitor Iorio, decano do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas; e Ricardo Gattass, professor emérito da UFRJ e diretor de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Finep.

Na FND, juristas criticam postura da OAB nacional

a noite de 29 de março, o Salão Nobre da Faculdade Nacional de Direito sediou mais um evento para discutir os riscos que as garantias democráticas sofrem na atual conjuntura política nacional.

Ronaldo Cramer, vice-presidente da OAB-RJ, criticou duramente a postura da OAB nacional: "A OAB federal, lembrando a OAB federal de 1964, fez um papelão ao pedir um novo impeachment". Cramer informou que, nos próximos dias, os advogados do Rio irão lançar um movimento pela legalidade democrática como forma de resistência à posição da Or-

dem federal.

Para o reitor Roberto Leher, há setores econômicos que hoje trabalham para desestabilizar o governo e a economia. A razão do tensionamento em torno do impeachment inclui a possibilidade de uma contrarreforma que incidiria sobre os direitos sociais e sobre as liberdades políticas. "A agenda que está sendo chamada pós-Dilma é uma ofensiva contra o mundo do trabalho, contra os direitos dos trabalhadores".

Momento é de união

O diretor da FND, professor Flávio Martins, afirmou que o momento é de união: "Há algo maior que está sendo construído neste momento: a utilização de mecanismos legais com justificativas que não estão nos fundamentos jurídicos. Estão tentando repetir o que aconteceu em Honduras e no Paraguai", avaliou. Para ele, é necessário que todo o campo progressista esteja articulado para manter a regularidade do processo democrático no país.

Pela União Nacional dos Estudantes, falou a vice-presidente Mohana Correa. De acordo com sua avaliação, há um golpe em curso porque o impeachment não tem base jurídica. "É um golpe machista, é um golpe de ódio de classes". E exemplificou: "Ódio porque negros e pobres estão nos aeroportos, estão nas universidades. Não querem mais permitir nenhum avanço da classe trabalhadora". Ela afirmou que a UNE está indicando aos estudantes que implantem comitês contra o golpe em todas as universidades do país.

Embora todas tenham se posicionado contra o golpe, algumas representações estudantis não deixaram de fazer críticas à política do governo de Dilma Rousseff.

Leia a matéria completa, com fotogaleria, em http://goo.gl/Ufr8OM

Construindo a democracia

O MOMENTO POLÍTICO atual, temos testemunhado um acirramento das discussões e uma polarização perigosa para o debate democrático. Nesse contexto difícil, a Adufrj tem propiciado e apoiado espaços de discussão abertos à diversidade. Como movimento docente, acreditamos que podemos contribuir de

modo importante na construção de posições e críticas a partir do conhecimento produzido na universidade. Com esse espírito, organizamos as plenárias no IFCS/IH, os eventos sobre liberdades democráticas na FND e um debate sobre mídia com a ECO (previsto para 12/04).

As perspectivas para o futuro são preocupantes. Em qualquer dos

cenários possíveis, há ameaças graves a direitos conquistados a duras penas. Precisaremos de movimentos sociais fortes, capazes de dialogar, formar consensos e obter o apoio da sociedade. O investimento da Adufrj continua sendo nessa direção. Democracia é algo que se constrói na prática.

Diretoria da Adufrj

UFRJ em Defesa dos Direitos Sociais, Políticos e das Conquistas Democráticas

A reitoria da UFRJ convoca toda a comunidade acadêmica para outro evento em defesa da democracia, dessa vez em praça pública. A atividade ocorrerá dia 6 de abril, às 18h, no Largo de São Francisco de Paula, em frente ao IFCS. Mais informações em:

https://www.facebook.com/events/994851620603726/

Outras notícias na página eletrônica da Adufrj:

Um olho na crise, outro na Constituição
A preocupação da comunidade universitária em relação à preservação da ordem democrática e dos direitos sociais voltou à cena no Consuni do dia 24. Leia mais em http://goo.gl/18txl7

Dilma busca repactuação com as universidades
Presidenta reuniu ministro da Éducação e dirigentes das Ifes para
traçar estratégia conjunta em meio à crise orçamentária.
Leia mais em http://goo.gl/F21xlt

Consuni aprova moção em favor dos bolsistas Faperj O colegiado aprovou moção solicitando ao governo fluminense a regularização imediata das bolsas da Faperj, em atraso desde o final de 2015. Leia mais em http://goo.gl/YqpZuo

TV Adufrj: reitor da UFRJ fala da articulação das pesquisas contra o vírus zika
Veja em http://goo.gl/G5lxeM

Mais um golpe na praça

pós a divulgação do golpe de estelionato no último Boletim da Adufrj, uma nova variante foi relatada ao Jurídico da Seção Sindical: desta vez, os estelionatários ligaram, de Brasília (DF), para uma aposentada, dizendo que a Adufri havia feito um seguro em nome da sindicalizada. E que uma quantia de R\$ 40 mil estava disponível para saque. Para liberar o dinheiro, porém, seria necessário ir à capital federal ou pagar uma taxa administrativa. Felizmente, a docente percebeu o golpe antes de fazer o repasse.

A Adufrj observa que jamais fez seguro em nome de qualquer sindicalizado. Os professores devem desconfiar de qualquer ligação ou mensagem prometendo altas quantias em troca de taxas a serem depositadas. O certo é consultar o setor jurídico da entidade, se houver dúvidas, em casos semelhantes.